

PAINEL

17.ª Cimeira do Ambiente Na cidade de Durban, na África do Sul, prolongou-se por mais do que o previsto. Ao todo, foram 12 dias e 36 horas. Deveria ter terminado na sexta-feira, mas só houve fumo branco na madrugada de ontem. Uns saíram agradados, outros nem tanto. O DN regista aqui a posição de dois representantes portugueses no evento

Um acordo climático que ficou por construir



FRANCISCO FERREIRA
Quercus

A juventude que percorreu nos últimos dias o centro de conferências em Durban onde se realizou a mais importante reunião mundial sobre alterações climáticas estava a olhar para o seu futuro... um futuro que deveria ser justo, para lidar com o maior problema ambiental da humanidade.

Durban deu um importante passo em frente para um tratado global, mas continuamos num caminho frágil. O denominado "Pacote de Durban", aprovado na madrugada de ontem na África do Sul, tem falta de ambição, não apresenta um caminho claro de redução de emissões e concordou com um fundo climático que, no entanto, está vazio.

Houve uma importante e positiva aliança da União Europeia com os países menos desenvolvidos e países pequenos-ilhas. Os EUA conseguiram impedir muitos dos países progressistas de tomarem as acções desejadas e, nesse sentido, foram apoiados pelo Canadá, pela Austrália

e pela Nova Zelândia. O Japão e a Rússia não desempenharam o papel que podiam ter assumido e economias emergentes, como China, Índia e Brasil, não querem ter o seu futuro económico dependente do clima. O Protocolo de Quioto tem assegurado um segundo período de cumprimento até final de 2017 ou final de 2020, mas sem o Canadá, o Japão e a Federação Russa, que se desvincularam de próximas metas.

Na estratégia de longo prazo, o documento aprovado, a Plataforma de Durban, ao considerar o ano de 2020 para a entrada em vigor do novo regime e admitindo o seu sucesso, será já demasiado tarde, segundo os cenários que se conhecem e que apontam para a

necessidade do pico de emissões globais ser anterior a 2020.

O roteiro de Bali tinha por intenção levar-nos a um acordo justo, ambicioso e juridicamente vinculativo, mas perdemo-nos ao longo do caminho. Um "novo roteiro" arrisca-se a repetir essa história. Com a ciência que temos hoje, tal será desastroso. O caminho em que estamos está a enviar-nos para um aquecimento superior a 3,5°C nas próximas décadas. Não podemos condenar as nações africanas com mais secas, escassez de alimentos, problemas de saúde e crescente instabilidade. Como eventos climáticos extremos a que assistimos nos últimos meses, em todo o globo, têm demonstrado que a África não estará sozinha no seu sofrimento. Os custos de agir agora serão muito menores do que os custos para a economia mundial, para a integridade ambiental e para o sofrimento humano da inacção. O objectivo agora é cada país assumir as suas responsabilidades e não permitir que outros bloqueiem o progresso.

Durban não pode ser mais uma conferência donde saíram apenas papéis sem consequência. Agora são necessárias acções para ficarmos o mais perto possível de um aumento de 2°C, o limite considerado pelos cientistas para evitar consequências dramáticas.

As alterações climáticas continuam a afectar as pessoas no seu dia-a-dia. Muitos governos continuam a ouvir os poluidores mais do que as populações. Também em Portugal o tema das alterações climáticas tem de ganhar maior participação pública e um maior reflexo nas políticas energéticas, em particular na área dos transportes e da produção de electricidade, respeitando um desenvolvimento sustentável. O País deve suportar activamente a passagem imediata do objectivo europeu de redução de emissões de gases com efeito de estufa de 20% para 30%, entre 1990 e 2020.

Lembremos as palavras de Nelson Mandela: "Parece sempre ser impossível até que esteja feito." O que foi decidido em Durban é apenas um primeiro passo de um longo caminho possível.

Estratégia europeia para o clima prevalece



MARIA DA GRAÇA CARVALHO
Membro da delegação do Parlamento Europeu enviada a Durban

A 17.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas alcançou um resultado histórico. Realizada em Durban, de 28 Novembro a 9 Dezembro, a COP 17 (17.ª Conferência das Partes) foi talvez a mais longa de todas as COP. Após uma maratona negocial impressionante, a Conferência terminou com um resultado inesperado e de enorme alcance para o futuro do planeta.

Os 195 países membros da Convenção Quadro das Nações Unidas Sobre Alterações Climáticas aceitaram o roteiro proposto pela UE conducente a um acordo global vinculativo sobre o combate às alterações climáticas, que substituirá o Protocolo de Quioto. O acordo foi denominado Plataforma de Durban. No seio desta plataforma serão definidos os instrumentos a adoptar em 2015 e a implementar em 2020.

Em Durban, foi ainda decidido um segundo período de cumprimento do âmbito do Protocolo de Quioto, visto o primeiro período de cumprimento acabar a 31 de Dezembro de 2012. Assim, o segundo período começará a 1 de Janeiro de 2013 e terá uma duração de cinco a oito anos, conforme for decidido na COP 18, a realizar no fim do próximo ano.

Estas decisões, que asseguram a continuidade entre o Protocolo de Quioto e o seu sucessor, são de grande importância para o futuro do planeta, pois envolvem todos os países num esforço de redução dos gases com efeito de estufa que afectam o clima da Terra.

A estratégia da União Europeia para esta conferência foi distinta das abordagens anteriores. Pela primeira vez, a União Europeia demonstrou flexibilidade quanto à natureza legal do instrumento que no futuro irá substituir o Protocolo de Quioto. Em vez de insistirem apenas na necessidade de um "Protocolo com metas legalmente vinculativas", passaram a denominá-lo também por um "outro instrumento legal" ou mesmo uma "solução concertada com força legal". Ora estas denominações abrem espaço para quadros legais substancialmente diferentes e com níveis de ambição distintos. O assunto tornou-se assim aceitável para todos os países presentes na conferência, incluindo os Estados Unidos.

O sucesso da estratégia europeia foi consequência também da posição negocial que tira partido das alianças. Foram cruciais as

alianças da Europa com os PMD (Países menos Desenvolvidos) e com os AOSIS (Aliança dos Pequenos Estados Insulares). Neste contexto, Portugal teve um papel preponderante. A ponte entre Portugal e os países de língua portuguesa, o empenho nacional na construção de uma rede em matéria do clima no seio da CPLP e o esforço já realizado por alguns países de língua portuguesa, como é o caso de Angola e de Moçambique, constituíram um contributo notável para reforçar a posição europeia.

É claro que, por muito bem delineada que fosse a estratégia europeia para

a COP 17, a mesma não teria alcançado resultados significativos se a União Europeia não tivesse o mérito de ter desenvolvido, nos últimos anos, com reconhecida persistência, políticas de combate às alterações climáticas e de utilização sustentada das fontes da energia. Estas políticas permitem que a União Europeia exerça uma liderança através do exemplo no domínio do clima e da energia.

“
EUA conseguiram impedir muitos dos países progressistas de tomarem as acções desejadas”

“
Pela primeira vez, a União Europeia demonstrou flexibilidade quanto à natureza legal do instrumento que no futuro irá substituir o Protocolo de Quioto”

“
Em vez de insistirem apenas na necessidade de um Protocolo com metas legalmente vinculativas, passaram a denominá-lo também por “outro instrumento legal” ou mesmo uma “solução concertada com força legal”